

Processo n.º ...

Nomes das pessoas que são parte no processo

[illegible]

Repartição do Gabinete

No decreto n.º 19:810, de 1 de Junho de 1931, publicado no *Diário do Governo* n.º 126, 1.ª série, da mesma data, onde se lê: «§ único», deve ler-se: «§ 1.º».

No decreto n.º 20:243, de 11 de Julho de 1931, publicado no *Diário do Governo* n.º 195, 1.ª série, de 2 de Agosto do mesmo ano, no artigo 4.º, onde se lê: «§ único», deve ler-se: «§ 2.º».

Repatrição do Gabinete, 25 de Setembro de 1931.—
Pelo Chefe do Gabinete, *Augusto Soares de Oliveira*,
primeiro tenente.

Secretaria Portuguesa da Sociedade
das Nações

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições: hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o Governo da República Portuguesa a ratificar a Convenção sobre regime fiscal dos veículos automóveis estrangeiros e Protocolo anexo, de 30 de Março de 1931, e a assinar o Acôrdo entre autoridades aduaneiras para facilitar a verificação de tripticos não cancelados ou perdidos, de 28 de Março de 1931, elaborados pela Conferência europeia da circulação nas estradas, que se realizou em Genebra de 16 a 30 do mesmo mês e ano.

Art. 2.º Nos termos do seu artigo 8.º a referida Convenção não se applica às colónias portuguezas.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 19 de Agosto de 1931.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—José de Almeida Eusébio—António de Oliveira Salazar—Luiz António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimarães—Armindo Rodrigues Monteiro—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.*

Secretaria Geral

Tendo-me sido presente o regulamento da Junta de Educação Nacional, elaborado nos termos do decreto n.º 19:552, de 1 de Abril do corrente ano;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15.331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro da Instrução Pública:

Hei por bem aprovar o referido regulamento, que faz parte integrante deste decreto e vai assinado pelo mesmo Ministro.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 15 de Agosto de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Gustavo Cordeiro Ramos*.

Regulamento da Junta de Educação Nacional

CAPÍTULO I

Organização e fins

Artigo 1.º A Junta de Educação Nacional, criada pelo decreto n.º 16:381, de 16 de Janeiro de 1929, é um organismo permanente e autónomo, integrado no Ministério da Instrução Pública, e tem por objecto:

1.º Fundar, melhorar ou subsidiar instituições destinadas a trabalhos de investigação e propaganda científica, por cujo intermédio especialmente se amplie o quadro dos estudos, se facilite a adaptação destes às necessidades do País, se auxilie o desenvolvimento da cultura nacional e se aperfeiçoem os métodos de educação;

2.º Subsidiar investigações de carácter científico em Portugal ou suas colónias e em países estrangeiros;

3.º Organizar e subsidiar missões de estudo na metrópole, nas colónias e em países estrangeiros;

4.º Promover a melhoria das condições materiais, intelectuais e morais dos estudantes, professores e investigadores, especialmente dos subsidiados pela Junta;

5.º Organizar e fiscalizar um serviço de bolsas de estudo em Portugal e fora d'ele;

6.º Promover a colocação dos antigos bolseiros, segundo as suas habilitações;

7.º Organizar um serviço de informações acerca dos centros docentes e das condições de vida nos principais países, especialmente sob os aspectos que possam interessar a estudantes e professores;

8.º Promover o intercâmbio intelectual, a expansão de cultura portuguesa e a representação em congressos e outras reuniões científicas no País e fora d'ele;

9.º Fundar, subsidiar e dirigir escolas de ensaio pedagógico de todos os graus, exceptuando o superior;

10.º Criar outras instituições destinadas a contribuir para a melhoria progressiva da educação nacional;

11.º Promover ou subsidiar publicações de carácter científico;

12.º Promover o aperfeiçoamento artístico;

13.º Representar ao Governo e a quaisquer outras entidades da sua própria iniciativa sobre assuntos de educação.

Art. 2.º A Junta compor-se-á de vinte e um vogais efectivos, do secretário geral e de um número indeterminado de vogais honorários.

§ único. A assembleia geral poderá elevar à categoria de vogais honorários os vogais efectivos que não estejam em condições de prestar à Junta temporária ou definitivamente a sua colaboração assídua.

Art. 3.º A Junta de Educação Nacional terá sede em Lisboa e desempenhará as suas funções por intermédio dos organismos seguintes:

- 1.º Assembleia geral;
- 2.º Comissão executiva;
- 3.º Secretaria;
- 4.º Duas delegações, uma em Coimbra e outra no Porto;

5.º Comissões permanentes ou temporárias.

Art. 4.º A Junta apresentará anualmente ao Ministro da Instrução Pública um relatório dos seus trabalhos.

CAPÍTULO II

Da assembleia geral

Art. 5.º A assembleia geral será constituída por todos os vogais efectivos e o secretário geral.

§ 1.º Os vogais efectivos são em número de vinte e um, que poderá ser elevado até vinte e cinco quando as necessidades da Junta o determinem e o Governo, por proposta da Junta, o autorizar.

§ 2.º Os vogais efectivos da Junta serão nomeados pelo Governo de entre os propostos pela Junta, em lista triplíce. Nestas nomeações atender-se-á às seguintes condições:

1.º Quinze vogais, pelo menos, deverão ser professores ou assistentes das Universidades da República, pelo menos cinco da Universidade do Porto e cinco pela de Coimbra;

2.º A Escola Superior Colonial deverá ter representação na Junta;

3.º Os restantes vogais deverão ser escolhidos entre professores extra-universitários, membros de corporações científicas ou publicistas notáveis.

§ 3.º Na sua maioria os membros da Junta devem ter residência em Lisboa.

§ 4.º As funções de vogal da Junta são gratuitas.

§ 5.º Têm direito às passagens e ajudas de custo, nos termos da legislação vigente, os vogais da Junta residentes fora de Lisboa que venham a esta cidade tomar parte nas reuniões da assembleia geral da Junta.

§ 6.º As funções de secretário geral serão sempre remuneradas e só serão compatíveis com outras funções remuneradas do Estado de natureza docente ou de investigação científica, e em qualquer destas hipóteses considerar-se-ão pelo seu carácter pedagógico como inerentes a elas.

§ 7.º Poderão ser convocadas para as reuniões da assembleia geral quaisquer entidades de reconhecida competência pedagógica ou científica.

Art. 6.º A assembleia geral escolherá, de entre os vogais efectivos residentes em Lisboa, o presidente e dois vice-presidentes.

§ único. O presidente ou um dos vice-presidentes formará com o secretário geral da Junta a mesa da assembleia geral.

Art. 7.º Compete à assembleia geral:

1.º Nomear o presidente, dois vice-presidentes, um para o ramo de letras, outro para o de ciências, e dois vogais da comissão executiva;

2.º Examinar e votar os orçamentos ordinários e suplementares;

3.º Examinar e votar os relatórios e as contas;

4.º Propor ao Governo, sob proposta da comissão executiva, a recondução ou substituição do secretário geral;

5.º Nomear os membros das comissões permanentes;

6.º Resolver as demais questões que lhe sejam presentes pela comissão executiva ou por qualquer dos seus membros.

§ único. O presidente, os vice-presidentes e os dois vogais da comissão executiva serão nomeados por três anos, podendo ser reeleitos.

Art. 8.º A assembleia geral será convocada com a conveniente antecipação para examinar e votar o orçamento anual da Junta, bem como para examinar e votar o relatório e as contas que lhe serão apresentadas pela comissão executiva.

§ 1.º A assembleia geral poderá ainda reunir quando o presidente a convoque ou quando, pelo menos, um

quinto dos vogais o requeira, indicando com vinte dias, pelo menos, de antecedência os assuntos que desejem submeter-lhe.

§ 2.º A convocação, na segunda hipótese do parágrafo anterior, será feita pelo presidente dentro dos dez dias posteriores à entrega do requerimento, devendo indicar-se nos avisos convocatórios os assuntos a tratar.

§ 3.º A convocação da assembleia geral para as reuniões ordinárias ou extraordinárias deverá ser feita com dez dias, pelo menos, de antecedência, e os respectivos avisos convocatórios indicarão os assuntos a tratar.

Art. 9.º A assembleia geral reunirá e tomará deliberações qualquer que seja o número dos membros presentes.

§ 1.º As resoluções serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes.

§ 2.º Quando não intervenha a maioria dos membros da Junta nas resoluções tomadas sobre assuntos não indicados nos avisos convocatórios, sobre propostas de modificação do decreto orgânico ou dos regulamentos da Junta e sobre a votação da lista triplíce para a nomeação de novos vogais, essas resoluções só serão válidas se tiverem sido aprovadas em segunda sessão, convocada para esse fim, com quinze dias, pelo menos, de antecedência, ainda que nesta segunda sessão não compareça a maioria dos membros da Junta.

CAPÍTULO III

Da comissão executiva

Art. 10.º A comissão executiva será composta do presidente, dos dois vice-presidentes, dos dois presidentes das delegações em Coimbra e no Porto, de dois vogais e do secretário geral.

Art. 11.º A comissão executiva terá uma reunião ordinária em cada mês e reunir-se-á extraordinariamente sempre que o presidente a convoque.

§ 1.º As convocações deverão ser feitas com a antecedência mínima de oito dias e os avisos convocatórios devem mencionar os assuntos a tratar.

§ 2.º A comissão executiva reunirá e tomará deliberações qualquer que seja o número dos membros presentes.

§ 3.º Os presidentes das delegações em Coimbra e no Porto poderão fazer-se substituir nas reuniões da comissão executiva por um vogal das respectivas delegações, escolhido pelo presidente.

§ 4.º As deliberações tomam-se por maioria de votos dos membros presentes, tendo o presidente voto de desempate.

§ 5.º Só quando estiver presente a maioria dos membros da comissão executiva poderão tomar-se resoluções sobre assuntos que não venham mencionados nos avisos convocatórios.

§ 6.º Os membros da comissão executiva ou os seus substitutos têm direito às passagens e ajudas de custo, nos termos da legislação vigente, quando residam fora de Lisboa e venham a esta cidade tomar parte nas reuniões da comissão executiva.

Art. 12.º Compete à comissão executiva:

1.º Elaborar os projectos que tenham de ser submetidos à aprovação da assembleia geral e do Governo;

2.º Dar cumprimento às resoluções da assembleia geral;

3.º Arrecadar as receitas da Junta, administrar os seus bens e receitas e vigiar pela conservação e conveniente aproveitamento dos edifícios, terreno e material pertencentes à Junta ou na sua posse;

4.º Aceitar as doações e legados que não sejam transmitidos com encargos estranhos ao objecto da Junta;

5.º Pedir ao Governo, mediante voto aprovativo da

assembleia geral, autorização para aceitar as doações e legados transmitidos com encargos estranhos ao objecto da Junta;

6.º Pedir ao Governo, mediante voto aprovativo da assembleia geral, que autorize a aplicação de doações ou legados a fins diferentes dos que lhes tenham sido destinados pelo doador ou testador, nos termos dos §§ 1.º e 2.º do artigo 21.º;

7.º Examinar e votar os orçamentos ordinários e suplementares e as respectivas contas, que devem ser presentes à assembleia geral e ao Conselho Superior de Finanças, nos termos da legislação vigente;

8.º Examinar e votar o relatório anual e apresentá-lo à assembleia geral e ao Governo;

9.º Escolher o substituto do secretário geral nos impedimentos deste;

10.º Nomear os membros das comissões temporárias;

11.º Contratar ou assalariar o pessoal docente, o pessoal da secretaria e quaisquer outros funcionários de que carecer para o funcionamento dos serviços que instituir, arbitrar-lhes os respectivos vencimentos ou gratificações e submeter os referidos contratos à aprovação do Governo;

12.º Requisitar, mediante autorização do Governo, aos Ministérios e serviços do Estado os funcionários públicos cujo concurso julgue necessário para o bom funcionamento dos serviços da Junta;

13.º Dispensar e substituir o pessoal a que se refere o número anterior;

14.º Constituir-se em conselho disciplinar quando um funcionário do quadro da Junta cometer alguma infracção de disciplina;

15.º Propor à assembleia geral e transmitir ao Governo as deliberações desta, relativas à recondução ou substituição do secretário geral;

16.º Resolver as questões de expediente que lhe forem presentes;

17.º Desempenhar todas as funções que por lei ou regulamento sejam da competência da Junta e não pertençam a outra entidade desta.

§ 1.º Os funcionários requisitados nos termos do n.º 12.º deste artigo não deixam vaga nos quadros a que pertencem, devendo regressar aos lugares que ocupavam quando cessar a sua comissão de serviço na Junta.

§ 2.º Aos funcionários a que se refere o n.º 12.º deste artigo serão mantidos todos os vencimentos e contado como de bom e efectivo serviço para todos os efeitos, inclusive o de promoção, o tempo durante o qual durar a sua comissão de serviço na Junta.

Art. 13.º Compete ao presidente:

1.º Convocar as sessões da assembleia geral e da comissão executiva e dirigir os respectivos trabalhos;

2.º Representar a Junta em juízo e fora dele;

3.º Fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos da Junta, bem como das deliberações do Governo, da assembleia geral e da comissão executiva;

4.º Dirigir a elaboração do orçamento da Junta;

5.º Exercer a autoridade administrativa e disciplinar sobre o pessoal do quadro assalariado da Junta, para que tem a competência disciplinar de director geral;

6.º Conceder licenças até quinze dias ao pessoal do quadro da Junta, mediante informação do secretário geral e dos respectivos chefes de serviços;

7.º Resolver as questões de expediente.

§ único. O presidente poderá delegar no secretário geral ou em outro membro da comissão executiva quaisquer das atribuições consignadas neste artigo.

Art. 14.º O presidente submete directamente ao Ministro os assuntos que lhe devam ser presentes e consulta directamente a Repartição de Contabilidade que funciona junto do Ministério da Instrução Pública, o Tribunal de Contas e a Procuradoria Geral da República.

Art. 15.º Na falta do presidente substitue-o o vice-presidente de mais idade; na falta de ambos assume a presidência o outro vice-presidente; na falta dos três o membro da comissão executiva que por esta seja designado.

Art. 16.º Compete aos vice-presidentes:

1.º Substituir o presidente nos termos do artigo anterior;

2.º Elaborar com o secretário geral os projectos que devam ser presentes à comissão executiva, relativos, respectivamente, ao ramo de letras e ao ramo de ciências;

3.º Resolver com o secretário geral ou os chefes de serviço o expediente, respectivamente, dos serviços do ramo de letras ou do ramo de ciências;

4.º Fiscalizar e dirigir superiormente os serviços das secções a seu cargo.

Art. 17.º Os contratos celebrados pela comissão executiva serão assinados pelo presidente ou pelo secretário geral ou por quem os substituir.

Art. 18.º A comissão executiva corresponder-se-á directamente com quaisquer repartições ou funcionários públicos.

CAPÍTULO IV

Do regime económico

Art. 19.º A Junta de Educação Nacional, como pessoa moral de utilidade pública, possui autonomia administrativa, goza de capacidade jurídica para adquirir e alienar bens e para os administrar, assim como a todas as dotações e rendimentos que receber do Estado, de corporações administrativas ou de particulares, e poderá exercer todos os direitos civis relativos aos seus interesses legítimos, nos termos deste regulamento e nos gerais de direito.

Art. 20.º A gerência financeira da Junta será ordenada por anos económicos, referindo-se a estes os orçamentos ordinários ou suplementares e as respectivas contas.

Art. 21.º Constituem receita da Junta:

1.º As dotações ou subsídios que o Estado, os corpos administrativos e quaisquer entidades públicas ou particulares lhe concedam, quer para os seus fins gerais, quer para aplicações determinadas e concordantes com aqueles;

2.º Os rendimentos dos bens que possua ou usufrua por qualquer título;

3.º O produto da venda das suas publicações;

4.º As receitas provenientes dos cursos remunerados ou de instituições que organize.

Art. 22.º A Junta poderá adquirir por título gratuito quaisquer bens, só se tornando necessária a autorização do Governo para aceitar doações ou legados com encargos estranhos ao serviço da Junta.

§ 1.º Os bens doados ou legados à Junta terão o destino que lhes der o doador ou testador, não podendo ser aplicados para outros fins sem autorização do Governo.

§ 2.º A autorização do Governo, a que se refere o parágrafo anterior, só poderá ser concedida, em decreto fundamentado, quando seja inteiramente reconhecida a absoluta impossibilidade ou a manifesta inconveniência de se cumprir a vontade do doador ou testador.

§ 3.º A aquisição de bens pela Junta será sempre feita com dispensa de todos e quaisquer direitos ou impostos.

Art. 23.º No caso de serem doados ou legados à Junta bens imobiliários que ela não considere necessários para os seus fins, serão esses bens alienados. O produto da alienação será convertido nos valores que se julguem mais convenientes para a Junta.

§ único. A determinação dos valores em que deve realizar-se a conversão a que se refere este artigo será

feita por proposta da comissão executiva, aprovada pelos Ministros da Instrução Pública e das Finanças.

Art. 24.º A administração dos bens e receitas da Junta estará a cargo da comissão executiva.

§ 1.º Compete ao secretário geral, ou, na sua falta ou impedimento, a quem o substituir, elaborar o orçamento anual das receitas e despesas da Junta, que será presente à comissão executiva, e, depois de aprovado por esta, submetido à discussão e aprovação da assembleia geral.

§ 2.º A conta anual das receitas e despesas da Junta será apresentada, pela forma descrita no parágrafo anterior, à aprovação da comissão executiva e da assembleia geral. Depois de aprovada, será submetida ao exame e aprovação do Tribunal de Contas, nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO V

Da secretaria

Art. 25.º A secretaria da Junta será dirigida pelo secretário geral e composta do respectivo pessoal auxiliar.

Art. 26.º O secretário geral é nomeado pelo Governo, por proposta da Junta, por um período de cinco anos, devendo ser reconduzido definitivamente se a Junta assim o propuser.

Art. 27.º Entre o pessoal da secretaria haverá um ou mais funcionários com competência especial para a correspondência de línguas estrangeiras.

Art. 28.º Um dos empregados da secretaria terá a seu cargo o movimento dos fundos da Junta na forma determinada pela comissão executiva.

§ único. A comissão executiva poderá exigir ao funcionário que desempenhe estas funções a caução que julgar necessária.

Art. 29.º Compete à secretaria:

1.º Executar ou promover a execução das resoluções da assembleia geral e da comissão executiva;

2.º Organizar os serviços de informação internacional em matéria de ensino e de actividade científica;

3.º Escrever as receitas e despesas da Junta e elaborar as suas contas;

4.º Preparar o expediente da Junta e dar-lhe andamento.

Art. 30.º Compete ao secretário geral:

1.º Dirigir e fiscalizar os serviços da secretaria e os demais serviços instituídos pela Junta;

2.º Elaborar o orçamento anual e os orçamentos suplementares das receitas e despesas da Junta, bem como as respectivas contas;

3.º Elaborar o relatório anual dos trabalhos da Junta, dando conta dos resultados obtidos e das deficiências notadas;

4.º Dirigir as publicações da Junta;

5.º Comunicar ao Governo as deliberações da Junta, submetendo àquêle, devidamente informadas, as que dependam da sua aprovação;

6.º Requisitar nos termos da legislação vigente as importâncias que lhe fôr necessário levantar das dotações que lhe forem consignadas no Orçamento Geral do Estado;

7.º Requisitar nos termos da legislação vigente as guias para a reposição das importâncias abonadas para despesas, e que existem em saldo;

8.º Ordenar os pagamentos e visar as contas;

9.º Depositar e levantar fundos em nome da Junta;

10.º Resolver questões de expediente;

11.º Executar as demais funções que lhe sejam indicadas no presente regulamento, ou pela comissão executiva.

§ 1.º Na falta ou impedimento do secretário geral, de-

sempenhará as suas funções a pessoa designada pela comissão executiva.

§ 2.º O secretário geral deverá dar contas à comissão executiva do uso que fizer das autorizações que esta lhe conceder e do modo por que desempenhar as funções que lhe são atribuídas neste artigo.

CAPÍTULO VI

Das delegações

Art. 31.º As delegações da Junta em Coimbra e no Porto são constituídas pelos vogais da Junta residentes respectivamente em cada uma dessas cidades.

Art. 32.º Compete às delegações:

1.º Apresentar à comissão executiva ou à assemblea geral quaisquer propostas sobre assuntos que digam respeito a atribuições da Junta;

2.º Dar o seu parecer ou informações sobre quaisquer serviços a cargo da Junta, sempre que julguem conveniente ou a comissão executiva o solicite;

3.º Realizar os demais trabalhos que lhes sejam incumbidos pela assemblea geral ou comissão executiva.

Art. 33.º As delegações terão uma sessão ordinária mensal em dia que será por elas fixado e as sessões extraordinárias que o presidente convocar.

§ 1.º O presidente convocará sessões extraordinárias sempre que julgue conveniente ou quando, pelo menos, um terço dos vogais das delegações pedir a convocação.

§ 2.º As convocações serão feitas e as deliberações tomadas nos termos dos §§ 1.º, 2.º, 4.º e 5.º do artigo 11.º, na parte em que forem aplicáveis.

Art. 34.º Cada delegação da Junta escolherá de entre os seus vogais o presidente e o secretário.

§ único. O presidente e o secretário serão eleitos por três anos, podendo ser reeleitos.

Art. 35.º Compete ao presidente:

1.º Convocar as sessões da respectiva delegação e dirigir os seus trabalhos;

2.º Informá-la das resoluções da comissão executiva;

3.º Representar a delegação;

4.º Fazer executar as deliberações desta;

5.º Fazer-se substituir por qualquer vogal da delegação nas sessões da comissão executiva, quando se torne necessária ou seja conveniente a substituição.

Art. 36.º As delegações poderão convocar, para assistir às suas sessões, quaisquer entidades de reconhecida competência pedagógica ou científica, quando o julguem conveniente, para esclarecimento de assuntos que nelas se devam discutir.

Art. 37.º Compete ao secretário:

1.º Executar, sob a direcção do presidente, as decisões da delegação;

2.º Elaborar, de acordo com o presidente, os relatórios, informações e pareceres que a delegação apresente;

3.º Redigir as actas das sessões e dirigir todo o serviço do expediente da respectiva secretaria;

4.º Realizar os demais serviços da competência da delegação e do que seja por ela incumbido.

CAPÍTULO VII

Das comissões temporárias e permanentes

Art. 38.º As comissões temporárias serão constituídas pelos indivíduos escolhidos pela comissão executiva.

§ único. As vagas que venham a dar-se nestas comissões são preenchidas pela comissão executiva.

Art. 39.º As comissões permanentes serão constituídas pelos indivíduos escolhidos pela assemblea geral.

Art. 40.º Das comissões temporárias ou permanentes poderão fazer parte, além de membros da Junta, outros especialistas nacionais ou estrangeiros de reconhecida competência.

§ único. O secretário geral é membro nato de todas as comissões, competindo-lhe, além da direcção do respectivo expediente, a ligação dos trabalhos de cada uma com os da comissão executiva.

Art. 41.º As comissões temporárias ou permanentes poderão delegar algumas das suas funções em sub-comissões por elas eleitas.

§ 1.º Das sub-comissões poderão fazer parte, além de membros das comissões, outros especialistas nacionais ou estrangeiros de reconhecida competência.

§ 2.º As vagas que venham a dar-se nas sub-comissões serão preenchidas pelas comissões que as elegeram.

§ 3.º O resultado dos trabalhos das sub-comissões será presente por estas às comissões que as elegeram.

Art. 42.º A competência das comissões temporárias ou permanentes, a não ser nos casos em que expressamente se determine o contrário, será apenas consultiva, devendo os resultados dos seus estudos ser presentes, para deliberação, à comissão executiva.

Art. 43.º A assemblea geral ou a comissão executiva da Junta determinarão respectivamente em cada caso o âmbito do trabalho das comissões permanentes ou temporárias, e estas as das sub-comissões que elejam.

§ único. Finda a sua missão, as sub-comissões e as comissões temporárias consideram-se dissolvidas.

CAPÍTULO VIII

Bolsas de estudo fora do País

Art. 44.º Na organização, distribuição e concessão das suas bolsas de estudo fora do País, deverá a Junta ter sempre em vista as faltas ou dificuldades que mais se façam sentir no estado actual da cultura e do ensino público, atendendo principalmente:

1.º Ao aperfeiçoamento dos métodos pedagógicos do ensino infantil, primário, secundário e profissional;

2.º Às necessidades da investigação científica e à preparação do ensino superior;

3.º À aquisição das técnicas mais urgentes para o aproveitamento económico do País e suas colónias.

Art. 45.º A concessão destas bolsas será feita livremente pela Junta, em regra por concurso, que não exclua a faculdade que a Junta assiste, quando circunstâncias especiais assim o aconselhem, de oferecer espontaneamente ou conceder, mediante solicitação, alguma ou algumas bolsas de estudo fora do País.

Art. 46.º Os concursos para a concessão de bolsas serão pela Junta abertos anualmente pelo prazo mínimo de trinta dias e anunciados no *Diário do Governo* e em um jornal diário importante de Lisboa e do Porto.

§ único. Quando não houver concorrentes a todas as bolsas postas em concurso ou não for julgado idóneo o número suficiente de correspondentes, poderá a Junta dispor da verba que assim fique disponível, tendo em vista o disposto no artigo 44.º

Art. 47.º Poderão concorrer às bolsas de estudo fora do País:

a) O pessoal docente ou técnico dos estabelecimentos oficiais de ensino;

b) O pessoal de outros centros de investigação científica;

c) Os diplomados por escolas portuguesas;

d) Eventualmente, os alunos destas escolas ou ainda quaisquer outros indivíduos moralmente idóneos a quem seja reconhecida competência ou aptidões especiais para os estudos que projectam fazer.

§ 1.º Os concorrentes deverão declarar nos seus requerimentos:

1.º O nome, profissão, idade, estado, naturalidade e residência;

2.º Os estudos que querem fazer, os lugares em que pretendem realizá-los, o tempo de que precisam para este fim e o quantitativo da pensão que julgam necessário. Se estes estudos houverem de efectuar-se em estabelecimentos científicos, serão esses mencionados, e se os concorrentes quiserem seguir qualquer curso ou investigação sob a superintendência de professores, deverão mencionar quais os que preferem.

§ 2.º Os concorrentes deverão juntar os documentos que julguem necessários para provar a sua idoneidade científica, e deverão igualmente juntar os que forem precisos para provar a sua idade, estado, naturalidade e residência.

§ 3.º Se os concorrentes não puderem juntar desde logo os documentos a que se refere o parágrafo anterior, poderá ser-lhes concedido um prazo para tal fim.

Art. 48.º A Junta poderá convidar os concorrentes a apresentar quaisquer documentos que julgue necessários, além dos que tenham sido juntos nos termos do § 2.º do artigo anterior, e poderá igualmente requisitar de quaisquer repartições públicas todos os documentos ou informações de que precise.

§ 1.º A Junta poderá exigir aos candidatos a prova de que conhecem suficientemente a língua do país onde pretendem estudar, e submetê-los a qualquer exame especial, se o julgar conveniente.

§ 2.º Além do disposto nos parágrafos anteriores, a Junta pode proceder às indagações que julgue necessárias para avaliar a idoneidade moral e científica dos concorrentes.

§ 3.º Se algum dos concorrentes fôr pessoa de reconhecida reputação científica poderá ser dispensada a junção de qualquer documento.

Art. 49.º A Junta poderá confiar o exame dos requerimentos a comissões temporárias de que façam parte, além de membros seus, especialistas de reconhecida autoridade, podendo também pedir o parecer de competentes estrangeiros.

Art. 50.º A escolha dos bolseiros, de entre os candidatos que satisfaçam às condições prescritas, será feita pela Junta, atendendo-se à importância da verba global destinada às pensões, ao valor ou interesse relativo dos estudos que os candidatos se propõem fazer, às condições pessoais destes e a quaisquer circunstâncias de que possa resultar preferência.

§ único. Serão condições de preferência que os concorrentes tenham já realizado, no todo ou em parte, trabalhos que se relacionem com os assuntos que pretendem estudar, e considerados valiosos pela Junta, mediante informação autorizada, e que os conhecimentos que vão adquirir possam ter aplicação no regresso do bolseiro.

Art. 51.º A aceitação de bolsas de estudo fora do País por funcionários públicos depende sempre de autorização do Governo, que a concederá nos termos e com as regalias consignadas nos §§ 1.º e 2.º do artigo 12.º deste decreto.

Art. 52.º A Junta fixará, para cada caso, o tempo durante o qual deve ser concedida a pensão, o seu quantitativo, e como deve ser paga, atendendo para este fim às declarações feitas pelo candidato e às informações que possa obter.

Art. 53.º A Junta fixará para cada candidato a quem conceda uma bolsa de estudo as obrigações que para ele resultam da respectiva aceitação.

§ 1.º Do respectivo processo constará uma declaração, assinada pelo bolseiro e devidamente autenticada, em que ele se comprometa a cumprir as obrigações a que este artigo se refere, sob pena de se sujeitar às sanções do artigo 55.º e parágrafos.

§ 2.º Os bolseiros serão obrigados a enviar à Junta,

nas condições por ela fixadas, relatórios dos seus trabalhos e certidões ou informações das escolas ou centros de estudo onde estejam trabalhando.

Art. 54.º A Junta manterá comunicação com os bolseiros, informando-se dos seus trabalhos e aproveitamento por todos os meios ao seu alcance.

§ único. Para os fins a que este artigo se refere será pedido o auxílio dos representantes diplomáticos ou consulares ou de quaisquer entidades do lugar onde residam os bolseiros, e poderão ser enviados a esse lugar membros da Junta ou delegados seus, a quem sejam cometidas, para esse efeito, funções de fiscalização.

Art. 55.º A Junta poderá, em qualquer tempo, anular a concessão de uma bolsa quando o bolseiro não cumpra ou não tenha cumprido as obrigações que aceitou e o seu procedimento ou aproveitamento não sejam satisfatórios.

§ 1.º Se a Junta entender que o bolseiro deixou de cumprir as suas obrigações com fraude ou culpa grave, ordenar-lhe-á que restitua a importância das pensões recebidas.

§ 2.º Se, no caso do parágrafo anterior, o bolseiro não fizer a restituição, será contra ele intentada acção de indemnização por perdas e danos, em nome do Estado, pelo agente do Ministério Público que fôr competente.

§ 3.º As quantias recebidas coercivamente nos termos do parágrafo anterior serão entregues à Junta e constituirão receita do ano económico em que derem entrada nos seus cofres.

§ 4.º As deliberações tomadas nos termos deste artigo e do § 1.º serão comunicadas ao Governo.

Art. 56.º A Junta promoverá o melhor aproveitamento nacional dos seus antigos bolseiros, quer collocando-os nos institutos por ela própria fundados e mantidos, quer encaminhando-os para outros centros de ensino ou de estudo existentes no País, quer indicando-os ao Governo para os cargos ou serviços onde melhor possa exercer-se a competência por eles adquirida.

§ único. Para os efeitos deste artigo poderá a Junta passar aos antigos bolseiros atestados das suas habilitações e procedimento, como constar do respectivo processo.

Art. 57.º A Junta poderá considerar como bolseiros, para os efeitos da sua protecção e fiscalização, indivíduos que vão fazer estudos ao estrangeiro com recursos próprios ou fornecidos por outras instituições.

§ único. O Governo poderá conceder, por proposta da Junta, aos indivíduos a que se refere este artigo as mesmas regalias de que gozam os bolseiros.

Art. 58.º As atribuições da Junta em tudo o que diga respeito a bolsas fora do País serão exercidas pela comissão executiva, que delas dará conta à assemblea geral.

§ único. Sempre que se trate da concessão de bolsas de estudo fora do País, em casos não previstos neste regulamento, deverá a comissão executiva submeter previamente o assunto à assemblea geral.

CAPÍTULO IX

Bolsas para investigações no País

Art. 59.º A Junta pode conceder bolsas para investigações científicas no País:

a) A indivíduos que têmram há pouco os seus estudos superiores, que estejam a preparar trabalhos para doutoramento ou concursos, que desejem iniciar-se na investigação científica ou que pretendam prosseguir trabalhos já começados;

b) A investigadores que já tenham certo passado científico, demonstrado por trabalhos de publicações de

valor reconhecido, e que precisem de subsídios para um período largo de tempo;

c) Aos investigadores a que se refere a alínea anterior e que precisem de um auxílio temporário para realizar determinadas pesquisas.

§ único. A Junta reservará algumas bolsas de estudo para investigações relativas às colónias portuguesas, sempre que seja possível.

Art. 60.º A concessão de bolsas aos indivíduos a que se refere a alínea a) do artigo anterior implica o compromisso, por eles tomado, de executar investigações científicas pelo menos durante um ano.

Art. 61.º A concessão de bolsas aos investigadores a que se referem as alíneas b) e c) do artigo 59.º só pode ser feita a favor dos que, embora exerçam funções docentes ou técnicas em estabelecimentos científicos, possam dedicar à investigação a maior parte do seu tempo e não exerçam profissões lucrativas incompatíveis com a dedicação e continuidade de esforço que ela exige.

Art. 62.º A concessão de bolsas será feita mediante prévio requerimento do interessado ou proposta de qualquer membro da Junta.

§ 1.º Nos requerimentos ou propostas para a concessão de bolsas aos indivíduos a que se referem as alíneas a) e b) serão especificadas as pesquisas que pretendem efectuar.

§ 2.º Os requerimentos ou propostas indicarão a quantia necessária e serão instruídos com os documentos que julguem úteis.

§ 3.º Os indivíduos abrangidos na alínea a) do artigo 59.º documentarão os seus requerimentos com as informações dos respectivos professores e com os trabalhos que porventura já tiverem realizado.

Art. 63.º A Junta confiará, em regra, o exame dos requerimentos ou propostas de bolsas a comissões temporárias, de que podem fazer parte, além dos membros da Junta, especialistas autorizados, podendo também solicitar a opinião de especialistas estrangeiros.

§ 1.º As comissões apresentarão os seus pareceres à Junta, instruindo-os sempre com o *curriculum vitae* dos interessados e informações de quaisquer repartições ou funcionários públicos, ou outras pessoas idóneas.

§ 2.º Para os fins indicados neste artigo a Junta e as comissões poderão solicitar documentos ou informações de quaisquer repartições ou funcionários públicos.

Art. 64.º Compete à Junta deliberar sobre a concessão de bolsas, seguindo a ordem de preferência que lhe parecer melhor, e fixar o seu quantitativo, o tempo por que devem ser concedidas e o modo do seu pagamento.

§ 1.º Em relação aos indivíduos compreendidos na alínea a) do artigo 59.º a bolsa será concedida pelo período de um ano e poderá ser renovada até um máximo de cinco anos.

§ 2.º As bolsas aos investigadores, a que se refere a alínea b) do artigo 59.º, poderão ser concedidas por períodos renováveis de dois anos.

Art. 65.º A aceitação de bolsas para investigações no País, por funcionários públicos, depende sempre de autorização do Governo, que a concederá nos termos e com as regalias consignadas nos §§ 1.º e 2.º do artigo 12.º deste decreto, quando fôr mester.

Art. 66.º A Junta poderá equiparar aos seus bolseiros, para os efeitos da sua protecção e fiscalização, indivíduos que efectuem investigações com recursos próprios ou fornecidos por outras instituições.

§ único. A Junta poderá propor ao Governo a concessão aos indivíduos a que se refere este artigo das regalias de que gozam os bolseiros.

Art. 67.º Os bolseiros são obrigados a enviar à Junta os relatórios sobre os trabalhos efectuados que lhes forem exigidos nos prazos previamente fixados e os demais que a Junta solicitar.

§ 1.º Os indivíduos a que se refere a alínea a) do artigo 59.º enviarão relatórios, pelo menos, no fim de cada período de dois anos, e os investigadores mencionados na alínea c), pelo menos, no fim do prazo que declarem necessário para efectuar as pesquisas que se propuserem realizar.

§ 2.º A falta ou insuficiência destes relatórios é motivo para a cessação dos subsídios.

Art. 68.º São aplicáveis à concessão de bolsas para investigadores no País e aos bolseiros as disposições dos artigos 47.º e parágrafos, 48.º e parágrafos, 49.º, 50.º e § único, 52.º, 53.º e parágrafos, 54.º e § único, 55.º e parágrafos, 56.º e § único e 58.º e § único deste regulamento, na parte aplicável.

CAPÍTULO X

Serviço de expansão cultural e intercâmbio intelectual

Art. 69.º A Junta promoverá e poderá subsidiar:

a) A representação da ciência portuguesa em congressos e conferências científicas;

b) Missões de estudo de curta duração ou visitas a estabelecimentos científicos dentro do território nacional ou fora dele;

c) Conferências e lições de homens de ciência portugueses em Universidades e escolas nacionais ou estrangeiras;

d) Conferências e lições de homens de ciência estrangeiros em Portugal e a preparação do público para essas conferências e lições, quando necessária;

e) A contribuição portuguesa para instituições internacionais de carácter pedagógico ou científico;

f) Publicações destinadas a tornar conhecida fora do País a cultura portuguesa;

g) Cursos de férias em Universidades ou escolas portuguesas, destinados a difundir ou aperfeiçoar a cultura científica nacional;

h) Quaisquer outros serviços de expansão cultural ou intercâmbio intelectual.

Art. 70.º A Junta esforçar-se-á para que nenhum congresso ou conferência científica internacional, reconhecidamente importante, deixe de ter representação portuguesa, tam numerosa quanto possível e constituída por pessoas de provada competência científica e que apresentem trabalhos originais de valor.

§ único. Para os fins indicados neste artigo procurará a Junta elaborar uma lista anual dos congressos e conferências científicas, segundo as informações que colher.

Art. 71.º A Junta só promoverá ou subsidiará a representação em congressos e conferências que tenham um carácter estritamente científico.

Art. 72.º A representação em congressos e conferências poderá ser concedida pela Junta:

a) Aos professores ou outras pessoas de competência científica que a Junta convide para esse fim;

b) Aos professores que as respectivas Faculdades ou escolas tenham designado como delegados e que solicitem os subsídios da Junta, quando essas Faculdades ou escolas não possam conceder pelos seus recursos próprios;

c) Aos professores ou outras entidades idóneas que a tenham solicitado.

Art. 73.º Nos casos a que se referem as alíneas b) e c) do artigo anterior, a concessão de subsídios será feita mediante requerimento do indivíduo ou estabelecimento interessado ou por proposta documentada de qualquer membro da Junta, em que se declare qual o subsídio que pretende e o fim a que este se destina.

Art. 74.º A Junta escolherá os congressos e conferências para que subsidiará a representação e os repre-

sentantes, tendo em atenção a importância dos primeiros, o valor dos segundos e a verba de que disponha, dando preferência aos representantes que tiverem comunicações ou relatórios a apresentar, os quais deverão ser previamente presentes à Junta.

Art. 75.º A quantia a conceder a cada congressista compreenderá o preço da viagem e um subsídio de estada, que a Junta fixará tendo em atenção o país onde se realize o congresso ou conferência e o tempo de permanência.

Art. 76.º Na promoção ou subsídio de missões de estudo de curta duração e de visitas a estabelecimentos científicos observar-se-á, na parte aplicável, o disposto nos artigos anteriores.

Art. 77.º A Junta organizará de acordo com as instituições estrangeiras o intercâmbio de professores e outros homens de ciência, quer promovendo a vinda a Portugal de conferentes estrangeiros, quer enviando ao estrangeiro conferentes portugueses.

Art. 78.º A Junta poderá ocupar-se ainda, com os centros de estudo ou instituições estrangeiras de intercâmbio, da colocação temporária de professores, de chefes de serviço ou de empregados técnicos de centros de estudo portugueses em centros de estudo estrangeiros e de estrangeiros em centros de estudos portugueses, para difusão e aprendizagem dos respectivos métodos de trabalho.

Art. 79.º As pessoas enviadas pela Junta a congressos, conferências, missões de estudo ou intercâmbio intelectual, ou por ela subsidiadas para estes fins, deverão apresentar um relatório até sessenta dias após o seu regresso.

Art. 80.º A Junta poderá considerar as suas representantes pessoas que vão a congressos e conferências ou outras missões de estudo ou intercâmbio com recursos próprios ou subsídios de outras instituições.

Art. 81.º É lícito à Junta promover e subsidiar a reunião de conferências e congressos científicos em Portugal.

Art. 82.º A Junta poderá promover cursos de férias junto de qualquer Faculdade ou escola do País e custear em todo ou em parte ou por qualquer outro modo auxiliar os que sejam de iniciativa dessas Faculdades ou escolas.

CAPÍTULO XI

Subsídios a centros de estudo e publicações científicas

Art. 83.º Poderão ser subsidiados pela Junta quaisquer centros de estudo, oficiais ou particulares, incorporados ou não nas Universidades ou escolas superiores, quando se mostre:

1.º Que se consagram à investigação científica, quer desinteressada quer acumulada com o ensino ou outra função de interesse público;

2.º Que nos últimos anos demonstraram produtividade suficiente, tendo os seus trabalhos merecido citações ou apreciações de especialistas nacionais ou estrangeiros.

Art. 84.º A Junta poderá também subsidiar centros de estudo oficiais ou particulares, recentemente criados ou reorganizados, que satisfaçam ao primeiro requisito do artigo anterior, quando o respectivo pessoal, pelo seu passado de investigação, devidamente comprovado, der garantias de trabalho eficaz.

Art. 85.º A concessão dos subsídios a que se referem os artigos anteriores será feita mediante requerimento do director do centro de estudo interessado, ou por proposta de qualquer membro da Junta.

§ único. Os requerimentos ou propostas indicarão a quantia necessária e especificarão os fins a que se destinam.

Art. 86.º A Junta compete escolher os centros de estudo que devem ser subsidiados, arbitrar os subsídios e fiscalizar o emprego destes, podendo previamente proceder às indagações que julgue necessárias.

Art. 87.º Os subsídios serão concedidos por prazo determinado, findo o qual os directores dos respectivos estabelecimentos enviarão à Junta nota desenvolvida do emprego do dinheiro recebido.

Art. 88.º Os centros oficiais ou particulares que recebam subsídios da Junta deverão aceitar a fiscalização desta pelo que respeita ao emprego dos respectivos subsídios.

§ único. Os termos dessa fiscalização constarão de acordo firmado pela Junta e pelo director de cada um desses estabelecimentos.

Art. 89.º A Junta poderá criar centros de estudo, competindo-lhe a escolha do pessoal necessário, bem como a orientação e fiscalização deste e dos respectivos trabalhos.

§ 1.º A criação e sustentação destes centros pode ser feita somente com os recursos da Junta, ou com a cooperação do Estado ou de outras entidades nacionais ou estrangeiras, em regime determinado por acordo entre a Junta e as entidades que com ela cooperem, devendo, na falta de disposição a tal respeito, aplicar-se a parte final deste artigo.

§ 2.º Os centros de estudo fundados pela Junta e submetidos à sua fiscalização pedagógica e administrativa serão equiparados às escolas e estabelecimentos oficiais correspondentes.

§ 3.º As receitas directas dos centros de estudo fundados pela Junta serão consideradas receitas desta, nos termos do n.º 4.º do artigo 21.º deste decreto.

Art. 90.º Os centros de estudos oficiais ou particulares que satisfaçam aos requisitos do artigo 83.º e o requeriram poderão ser considerados pela Junta seus aderentes, fixando-se por acordo entre aqueles e esta os direitos e obrigações respectivos.

Art. 91.º Os centros de estudo criados pela Junta, por ela subsidiados ou aderentes são obrigados a receber os bolseiros ou antigos bolseiros da Junta por esta indicados e que nêles desejem trabalhar, sempre que as possibilidades e recursos desses centros de estudo o permitam.

Art. 92.º A Junta poderá promover, subsidiar ou auxiliar a publicação de trabalhos de investigação e de revistas ou livros científicos ou educativos, nas condições que estabelecer para cada caso.

Art. 93.º É aplicável à concessão dos subsídios a que se refere este capítulo e às instituições subsidiadas o disposto nos artigos 48.º e parágrafos, 49.º, 50.º e § único, 52.º, 53.º e parágrafos, 54.º e § único, 55.º e parágrafos e 58.º, § único, na parte aplicável.

CAPÍTULO XII

Serviço de educação artística

Art. 94.º Os serviços de educação artística da Junta estarão a cargo da comissão executiva e de uma comissão permanente, nos termos deste regulamento.

Art. 95.º A comissão de educação artística da Junta de Educação Nacional será nomeada pela assembleia geral da Junta e constituída por quinze membros, um dos quais será o secretário geral da Junta.

§ 1.º Na escolha das personalidades que hão-de constituir a comissão de educação artística procurar-se-á dar representação à música, às artes plásticas e decorativas, à crítica e história de arte, ao teatro e à cinematografia.

§ 2.º As vagas que venham a dar-se na secção serão preenchidas pela assembleia geral.

Art. 96.º A comissão escolherá de entre os seus membros o presidente respectivo.

Art. 97.º Os assuntos tratados pela comissão de educação artística serão propostos ao estudo e deliberação da comissão executiva, depois de convenientemente informados.

Art. 98.º A comissão poderá nomear sub-comissões temporárias, constituídas por membros seus ou por outras personalidades, quando o estudo de qualquer assunto assim o aconselhe.

Art. 99.º A Junta poderá conceder:

- a) Bolsas de aperfeiçoamento artístico;
- b) Subsídios para investigações de história de arte, publicações e execuções de obras de arte;
- c) Subsídios para visitas a museus e outros centros de cultura artística;
- d) Subsídios para a representação da arte portuguesa em certames, congressos e outras demonstrações artísticas estrangeiras.

Art. 100.º As bolsas para estudos artísticos fora do País, da Junta de Educação Nacional, poderão ser concedidas a:

- a) Artistas de mérito reconhecido;
- b) Estudantes que tenham concluído os seus estudos no País;
- c) Professores de ensino artístico;
- d) Historiadores e críticos de arte.

§ único. São equiparados aos estudantes indicados na alínea b) deste artigo os indivíduos de mérito reconhecido que tenham feito a sua preparação fora das escolas portuguesas, que não hajam ainda adquirido a categoria de artistas consagrados e que se submetam ao concurso indicado no § 2.º do artigo 101.º

Art. 101.º A comissão poderá confiar o exame dos requerimentos para bolsas artísticas a sub-comissões temporárias, organizadas nos termos do artigo 98.º

§ 1.º Os concorrentes fornecerão às sub-comissões respectivas as provas da sua competência.

§ 2.º Os concorrentes a que se refere a alínea b) do artigo 100.º terão de prestar provas perante a sub-comissão respectiva.

§ 3.º Cada sub-comissão elaborará um relatório justificando a classificação dos candidatos cujas provas ou documentos tenha apreciado, o qual será presente à comissão de educação artística, e, com o parecer desta, à comissão executiva da Junta, para definitiva deliberação.

Art. 102.º A concessão de bolsas de estudo artístico será ainda regulada pelo disposto nos artigos 45.º, 46.º e § único, 47.º e parágrafos, 48.º e parágrafos, 50.º e § único, 51.º, 52.º, 53.º e parágrafos, 54.º e § único, 55.º e parágrafos, 56.º e § único, 57.º, 58.º e § único deste decreto, na parte aplicável.

Art. 103.º A concessão dos subsídios a que se refere a alínea b) do artigo 99.º será regulada pelo disposto nos artigos 62.º e § 2.º, 64.º, 67.º e § 2.º, 97.º, 101.º e parágrafos do presente regulamento, na parte aplicável.

Art. 104.º A concessão dos subsídios a que se referem as alíneas c) e d) do artigo 99.º será regulada pelo disposto nos artigos 83.º, 84.º, 85.º, 86.º, 87.º e 98.º deste decreto, na parte aplicável.

Art. 105.º O orçamento de cada ano incluirá uma verba especial para os serviços de educação artística.

Ministério da Instrução Pública, 15 de Agosto de 1931.—O Ministro da Instrução Pública, *Gustavo Cordeiro Ramos*.